

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/19614	25875/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DOM - UAC [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica de suporte à decisão.

ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO POR CONCURSO PÚBLICO.

Concurso Público: CPE.13.25.DMOSM

Contratação: empreitada de “**NOVA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE ESPORÕES**”.

PROPOSTA:

Submete-se para ratificação a decisão de aprovação da abertura do procedimento de formação do contrato por concurso público, que se anexa, referente à empreitada “ **Nova Construção da Unidade de Esporões**”, efetuada por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, em 17/06/2025, cujo preço base estimado é de **€1.931.024,00** (um milhão novecientos e trinta e um mil e vinte e quatro euros), e com prazo máximo de execução da empreitada: 330 (trezentos e trinta) dias.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

DESPACHO do Presidente da Câmara Municipal: Aprovo sob ratificação do Executivo Municipal

CONCURSO PÚBLICO N.º CPE.13.25.DMOSM

PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO POR CONCURSO PÚBLICO.

Contratação: Empreitada de “NOVA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE ESPORÕES”.

Vocabulário CPV: 45215100-8 - Obras de construção de edifícios relacionados com serviços de saúde	Prazo máximo de execução: 330 dias	Preço Base: €1.931.024,00
--	---	--

Entidade adjudicante: Município de Braga, em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP.

Procedimento de formação de contrato de empreitada de obras públicas, por Concurso Público, em conformidade com a alínea b) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, e artigos 130.º a 148.º, todos do *Código dos Contratos Públicos (CCP)*.

Plataforma eletrónica: <https://www.vortal.biz/pt-pt> (vortalvision).

I - Introdução:

De acordo com a informação constante na proposta de resolução com o (código de validação 3M64JA3YZHTK6AK7F9DN3W3FP), incluída do Processo 14663/2025, a presente empreitada visa a construção de um edifício destinado a acolher a Unidade de Saúde de Esporões. Trata-se de uma empreitada financiada no âmbito do contrato de financiamento PRR celebrado com a Administração Central do Sistema de Saúde e o Município de Braga:





- **Piso inferior (cave):** Destinado a estacionamento, prevendo a criação de um número adequado de lugares para utentes e profissionais, além da instalação de um compartimento para infraestruturas técnicas essenciais ao funcionamento do edifício, nomeadamente redes de ventilação, climatização e outros sistemas de suporte.
- **Piso superior (rés-do-chão):** Configurado para albergar todas as áreas operacionais da unidade de saúde, incluindo espaços de atendimento clínico, gabinetes médicos, áreas administrativas, zonas de espera, instalações sanitárias e demais dependências necessárias para o correto funcionamento do equipamento de saúde.

Com o intuito de reduzir o impacto na malha viária circundante, foram estabelecidos acessos específicos que garantem a fluidez do tráfego e a segurança dos utilizadores.

O novo edifício foi concebido de forma a não sobrecarregar as infraestruturas urbanas já existentes, uma vez que os acessos foram distribuídos de maneira funcional e o estacionamento subterrâneo foi dimensionado para atender às necessidades da unidade sem impactar significativamente o estacionamento público disponível.

O projeto arquitetónico seguiu uma abordagem que valoriza a simplicidade formal e funcionalidade, respeitando a linguagem estética predominante na área envolvente. A volumetria e a materialidade do edifício foram estudadas para garantir uma integração visual equilibrada, sem comprometer a identidade urbana do local.

Além disso, foram adotadas estratégias que minimizam a necessidade de intervenções estruturais nas vias e acessos circundantes, reforçando o compromisso com uma inserção harmoniosa no contexto existente. O desenho dos acessos e a distribuição dos espaços exteriores priorizaram a mobilidade universal, garantindo acessibilidade plena a todos os utilizadores.

Desta forma, a proposta para a nova Unidade de Saúde Familiar de Esporões representa uma solução funcional, eficiente e integrada, proporcionando uma infraestrutura moderna e sustentável para o atendimento da comunidade local.

III - Fundamentação do preço base:



Pese embora assumindo-se o recurso à dispensa do dever de fundamentação consagrada no artigo 11.º da Lei n.º 30/2021 de 1 de maio, que aprova as medidas especiais de contratação pública e matéria de projetos financiados por fundos europeus, o Município suportou-se, no que concerne à determinação dos preços unitários e consequentemente do respetivo preço base global, em critérios objetivos, nos termos previstos no artigo 47.º do *CCP*, designadamente por determinação dos custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos, para prestações do mesmo tipo com a necessária adequabilidade dos mesmos às atuais condições de mercado.

IV - Fundamentação para a não adjudicação por lotes

Pese embora o recurso à dispensa do dever de fundamentação consagrada no artigo 11.º da Lei n.º 30/2021 de 1 de maio, que aprova as medidas especiais de contratação pública e matéria de projetos financiados por fundos europeus, entende-se absolutamente claro que, à semelhança de procedimentos semelhantes, que o objeto global é tecnicamente e funcionalmente incindível, ou seja, não será possível considerar-se adjudicar a execução dos trabalhos a diferentes entidades, pois, a interdependência operacional e técnica das diferentes especialidades inviabiliza determinantemente esta opção.

V - Revisão de projeto

A Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, aprova o conteúdo obrigatório do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designadas «instruções para a elaboração», e a classificação de obras por categorias.

A revisão prévia do projeto de execução por entidade distinta do projetista encontra fundamento na salvaguarda da qualidade dos projetos e visa garantir uma maior eficácia na fiscalização dos seus custos e prazos.

O número 2 do artigo 43.º do *CCP* e o número 2 do artigo 18.º da Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, impõe o dever de submissão do projeto de execução de obras públicas a revisão prévia por entidade devidamente qualificada para a sua elaboração, sempre



que se verifiquem os pressupostos legais enunciados e que se prendem com a escala e complexidade da solução conceptual desenvolvida.

De facto, a revisão deve ser efetuada por entidade distinta do autor do referido projeto de execução quando estejam em causa obras públicas acima de certa categoria ou cujo preço base seja, atualmente, superior a €400 000,00.

No entanto, o Decreto-Lei n.º 108/2024, de 18 de dezembro, veio estabelecer o regime que dispensa a revisão prévia do projeto de execução em projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus.

Este decreto, quando integrado em procedimentos de formação de contrato de empreitada de obras públicas que se destinem à execução de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, designadamente pelo Plano de Recuperação e Resiliência – como é o caso – a entidade adjudicante pode determinar a dispensa da revisão prévia do projeto de execução, não dando, portanto, cumprimento à obrigação prevista no n.º 2 do artigo 43.º do CCP e no n.º 2 do artigo 18.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho. No entanto, essa dispensa tem de ser fundamentada: deve a entidade adjudicante fazer acompanhar essa dispensa expressa – tem de constar expressamente da decisão de contratar – da demonstração da existência de risco de não conclusão da empreitada dentro do prazo previsto no caderno de encargos e, consequentemente de perda de financiamento com recurso a fundos europeus caso o projeto de execução seja objeto de revisão prévia.

Relativamente à fundamentação referida, estimando-se um prazo de desenvolvimento do procedimento concursal da empreitada de 2 meses, o prazo de contratualização e execução da revisão de projeto em 3 meses e o desenvolvimento da empreitada por um período de 330 dias, facilmente se constataria que o término da empreitada se desenvolveria para além do mês de junho de 2026.

Pese embora o recurso à dispensa prevista no DL 108/2024, tratando-se de um projeto inteiramente desenvolvido externamente, o município procedeu a uma cuidadosa revisão de todos os elementos que o compõe, este processo de revisão está perfeitamente documentado na pasta incluída no respetivo processo.

VI - Critério de adjudicação



Nos termos do número 1 do artigo 74.º do *CCP*, a adjudicação será garantida de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade de **multifator**, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores correspondentes a **2 (dois)** aspetos da execução do contrato a celebrar, **preço proposto e prazo de execução**.

Nos termos do artigo 139.º do *CCP* o modelo de avaliação das propostas será determinado através de modelo matemático.

- a) As propostas dos concorrentes serão apreciadas, analisadas e avaliadas e hierarquizadas por ordem decrescente de mérito.
- b) O mérito das propostas será aferido em função do critério de adjudicação constante do programa do procedimento, ou seja, critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade do multifator, por ponderação dos seguintes fatores:

Fatores	Ponderação	Total
Preço	70%	100%
Prazo de execução	30%	

- c) As operações de avaliação respeitarão o disposto no artigo 75.º do *CCP*.
- d) Cada fator do critério de adjudicação será operacionalizado por intermédio de uma fórmula matemática que quantificará o impacto de cada proposta a ele subsumido.
- e) A valorização do **factor preço** será determinado por comparação dos preços apresentados com o intervalo de preços compreendido entre o preço base e o preço mínimo matematicamente possível de ser apresentado e que corresponde a €0,01 (um centimo);



- f) O **fator preço**, será valorizado de 0 (zero) a 8 (oito) correspondendo 0 (zero) a propostas de preço igual ao valor base do procedimento e 8 (oito) para propostas iguais ao preço mínimo previsto na alínea anterior.
- g) A análise das propostas face à valorização do fator preço será operacionalizada pela subsunção das mesmas à seguinte fórmula matemática:

$$\text{Fator preço} = \left(1 - \frac{\text{preço proposto} - 0,01\text{€}}{\text{preço base} - 0,01\text{€}} \right) \times 8$$

- h) A valorização do **fator prazo**, será determinado por comparação do prazo proposto com o intervalo de prazo compreendido entre o prazo máximo de execução de todas as prestações que integram o objeto do contrato (330 dias de calendário) e o prazo mínimo possível de ser apresentado pelos concorrentes e que corresponde a 270 dias de calendário.
- i) O **fator prazo** será valorizado de 0 (zero) a 1(um) correspondendo 0 (zero) a propostas de prazo igual ao prazo máximo de execução do contrato (330 dias) e 1 (um) para propostas de prazo correspondente mínimo previsto no ponto 1 do presente artigo.
- j) A análise das propostas em face do fator prazo será operacionalizada pela subsunção das mesmas à seguinte fórmula matemática:

$$\text{Fator prazo} = 1 - \frac{\text{Prazo proposto} - \text{prazo mínimo}}{\text{prazo máximo} - \text{prazo mínimo}}$$

VI.I - Pressupostos da adjudicação

Nos termos previstos no número 6 do artigo 70.º do CCP, na eventualidade de todas as propostas vierem a ser excluídas, o órgão competente poderá **adjudicar aquela que**, de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas pelo facto do preço contratual proposto ser superior ao preço base e desde que não exceda em mais de 20% o montante do preço base, **seja ordenada em primeiro lugar de acordo com os critérios de adjudicação**.

VI.II - Adiantamentos de preço





- Gestor do contrato

A gestão do contrato, nos termos previstos no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que assegurará o permanente acompanhamento da sua execução, será confiada ao **Eng. Dinis Antunes**, a desempenhar funções no Departamento Municipal de Obras Municipais, estrutura que, na entidade adjudicante, assegura a gestão funcional dos interesses a que o objeto do contrato visa responder.

- Delegação de competências

Que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do CCP, sejam delegadas no Júri ou nos serviços da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais (DMOSM) as seguintes competências:

- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, nos termos do art.º 66.º do CCP;
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do CCP;
- Proceder às correções nas peças do procedimento de erros cálculo ou escrita, e erros nos dados introduzidos na plataforma eletrónica;
- Proceder às prorrogações do prazo, nos termos do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações;
- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento.

IX - Cabimento orçamental

Para os devidos efeitos, junta-se a informação de cabimento n.º 96350 emitido em 13/06/2025.

X - Declaração de inexistência de conflitos de interesses

De modo a assegurar a isenção e a imparcialidade e ainda prevenir situações de favorecimento no presente procedimento, todos os signatários da presente proposta ficam automaticamente vinculados à declaração de inexistência de conflitos de interesses (DICI_Portaria n.º 185/2024-1 de 14 de agosto), em anexo.

Braga, 17 de junho de 2025

Pelos Serviços da DMOSM/DOM/UAC,

(Valéria Borges)

Em anexo à presente proposta:

- Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses _Portaria n.º 185/2024-1 de 14 de agosto.

Em anexo nos documentos do processo:

- Cabimento; Programa do Procedimento; Caderno de encargos; Projeto de execução.



ANEXO

(a que se refere o artigo 2.º da Portaria n.º 185/2024/1 de 14 de agosto)

Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses

O Signatário, a desempenhar funções no Município de Braga, declara, sob compromisso de honra, que, na presente data, relativamente ao presente procedimento, respeitante à contratação pública – Empreitada **“NOVA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE ESPORÕES”**, não se encontra numa situação de conflito de interesses nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção, isto é, em situação em que se possa, com razoabilidade, duvidar seriamente da imparcialidade da sua conduta ou decisão, nos termos dos artigos 69.º e 73.º do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 24.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Mais declara, sob compromisso de honra, que se, no decurso do presente procedimento, vier a encontrar-se, ou previr razoavelmente vir a encontrar-se, numa situação de conflito de interesses, comunicará a situação ao superior hierárquico ou, na sua ausência, ao responsável pelo cumprimento normativo, nos termos do disposto no artigo 13.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção.

Braga, 17 de junho de 2025

